

... Cadernos :: edição: 2002 - Nº 19 > Editorial > Índice > Resumo > **Artigo**

(RE) PENSANDO O PAPEL DO EDUCADOR ESPECIAL NO CONTEXTO DA INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS

**Cinara Franco Rechico
Vera Lucia Marostega**

A presente pesquisa refere-se a uma das questões mais discutidas, atualmente, na área da Educação Especial: a Escola Inclusiva. Percebe-se que na caminhada de uma educação para todos e sem exclusão, é fundamental que o educador especial tenha seu papel definido para que assim esteja consciente da sua prática pedagógica. Busca-se, por meio desta, (re)pensar o papel do educador especial na classe do sistema regular de ensino em que haja inclusão de alunos surdos. Esta pesquisa envolve como sujeitos a educadora especial, a professora da classe regular de ensino e o instrutor surdo, os quais vivenciaram a experiência de inclusão na Escola de Ensino Fundamental Duque de Caxias, de Santa Maria - RS.

Palavras Chave: Escola Inclusiva; Educador Especial; Surdo.

Sabe-se que a educação inclusiva é um tema que provoca várias inquietações, inquietações essas que acarretam novos "olhares" discursivos e, conseqüentemente, mudança de postura que implica no (re)pensar de novas práticas educativas.

Para a efetivação desse estudo, foram entrevistadas três profissionais da Escola Municipal de Ensino Fundamental Duque de Caxias (Santa Maria/RS), que atuaram numa classe do sistema regular de ensino, onde havia alunos surdos incluídos.

As entrevistas de caráter semi-estruturados envolveram: professora da classe regular ("E"), educadora especial ("L") e instrutor surdo ("J") e foram articuladas a fim de (re)pensar o papel do educador especial no contexto em estudo, ou seja, numa classe do sistema regular de ensino em que haja inclusão de alunos surdos; retratar uma vivência de inclusão de alunos surdos numa classe do sistema regular de ensino e verificar a compreensão do papel do educador especial na visão da professora da classe, da educadora especial e do instrutor surdo.

A inclusão é um tema que tem gerado inúmeras reflexões, provocando posições divergentes de idéias no meio familiar de PNEs e, principalmente, entre profissionais envolvidos no contexto educacional (educador especial, educador da classe do ensino regular e instrutor surdo).

Segundo Werneck (1997), o conceito de inclusão tem se mostrado gradualmente perceptível na nossa sociedade. Apresenta-se como um processo de constante evolução, recebendo muitas influências e espalhando, em diversas regiões do mundo, estratégias de reformulação às oportunidades e aos direitos de uma vida digna a todos, referindo-se destacadamente aos PNEs. Retratar todo o avanço diante da implementação da inclusão induz a percepção de alguns princípios, como: a inclusão na escola, no trabalho, no lazer, no turismo, na recreação, nos serviços de informação, de locomoção, e de acesso à informação. Alguns desses princípios receberam apoio legal específico e outros não, mas todos se tornaram resultado do empenho de profissionais comprometidos com a mudança diante da idéia de segregação.

As idéias da Conferência Mundial e da Declaração Universal de Direitos Humanos em 1948, numa seqüência histórica, evoluíram gradativamente o pensar de uma educação para todos, instigando novas posturas empenhadas em atuar nesta realidade e, assim, culminando no encontro realizado em Salamanca, na Espanha em 1994. Originou-se, por meio desse evento, a famosa Declaração de Salamanca que frisava princípios de cunho político e relacionados à prática da educação para necessidades especiais, oficializando mundialmente o termo inclusão no campo educacional e, diversos outros relacionados a ela: Educação Inclusiva, Princípio de Inclusão, Políticas Educacionais Inclusivas e outros.

A busca de um modelo educacional que englobe "todos" na mesma escola, enfatizando o convívio e a troca interativa entre os múltiplos grupos que ali se encontram, sem que haja qualquer forma de exclusão, qualquer forma de segregação é uma pauta que provoca o reconhecimento de um novo olhar: o sistema inclusivo.

Um olhar direcionado ao sistema inclusivo, sob a ótica de Carvalho (1998), é aquele que aclama a todas as minorias de raças, lingüísticas, condição econômica, PNEs, a oportunidade de freqüentarem o mesmo ambiente escolar, ou seja, a classe regular de ensino e terem o direito à educação e à

participação ativa, tanto cultural como socialmente.

As propostas de organização do sistema educativo, inspirados no processo de inclusão, simbolizam mudanças de atitudes e muitas reflexões em torno de sua operacionalização.

Seguindo esse panorama, o valor das diferenças individuais é de suma importância e é peça essencial para tornar a realidade que, aparentemente se mostra complexa e heterogênea, num conjunto mais rico, pois abandona estereótipos e acredita que a interação entre todos os alunos, a troca e a reciprocidade são elementos desencadeadores de uma educação que prime ser de qualidade e realmente atenda a todos.

Quando se propõe a inclusão de crianças surdas na escola regular, várias interrogações vêm à tona, colocando em dúvida se essa experiência é capaz de incluí-las no contexto sem mudar a representação dos ouvintes, ou se é mais uma vivência que, mascaradamente, associa-se ao sistema de exclusão. Falar de inclusão/ exclusão requer uma busca de conhecimento capaz de esclarecer situações e propor uma prática coerente com seu discurso. Afirmar isso quer dizer que, se a prática e o discurso da inclusão não se transformarem, os surdos estarão vivenciando, sistematicamente, a chamada inclusão excludente, descrita por Skliar (1998). Esse autor define inclusão excludente como uma forma, relativamente nova, através da qual parece que um grupo é considerado dentro de um sistema plural, dentro de um sistema democrático, mas é lá dentro que se pratica a exclusão.

Segundo Thoma (1998), são escassos os textos que retratam a inclusão do surdo na classe regular e, baseados neles, as expectativas de que esta seja realmente uma política de ensino eficaz não condizem com os resultados denunciados nas práticas educativas.

A autora acima também destaca que alguns surdos contribuíram com a colocação anterior, expressando suas vivências no contexto escolar junto aos ouvintes, enaltecendo que o grande déficit desse ideal é o despreparo em que se encontram professores, colegas e toda a escola.

Esse despreparo está ilustrado em situações onde os profissionais ouvintes simplificam ou reduzem os conteúdos transmitidos às crianças surdas incluídas e, também, quando os profissionais não estão formados para atender à essa especificidade, ou seja, dominar a Língua de Sinais (L.S), conhecer o surdo, suas vivências e necessidades, bem como teorias importantes que mantêm estreita relação com as didáticas educacionais e com o desenvolvimento do ser surdo.

"J" posiciona-se e explana que "tem pouco desenvolvimento do surdo, é abaixo do esperado, porque os professores não conhecem a cultura surda, eles estão interessados em explicar o português primeiro e, depois, a L.S. A interação dos surdos com professores e colegas é pouca, porque os ouvintes quase não sabem L.S."

Fica bem claro diante dessas colocações que o sistema inclusivo não vai ao encontro da comunidade surda, ou seja, não abrange a sua totalidade, devido à falta de conhecimento de teorias, vivências, historicidade surda e principalmente da L.S, por parte dos ouvintes, principalmente professores, sendo que esses são elementos desencadeadores do processo de ensino.

A busca de um programa educacional para os surdos marca a implementação e evolução de abordagens utilizadas com esses sujeitos. Várias mudanças ocorreram, envolvendo a aceitação da língua de sinais no processo educacional das crianças surdas. A primeira abordagem corresponde ao Oralismo. Essa filosofia visa à integração da criança surda com os ouvintes, propondo o desenvolvimento da língua oral. Isso quer dizer que o único meio do surdo se comunicar com os demais é através da oralização. Dentro dessa concepção, a surdez é vista como uma deficiência que precisa ser minimizada, precisa ser medicalizada.

A segunda abordagem educacional é a da Comunicação Total, onde é defendida a idéia de que o surdo pode utilizar todas as formas de comunicação (gestos, fala, sinais formais, alfabeto datilológico, leitura labial, leitura, escrita) para desenvolver-se linguisticamente.

Essa filosofia surgiu na América do Norte com o objetivo de facilitar a interação do surdo com a comunidade ouvinte, e oferecer-lhe condições de desenvolvimento psicolingüístico. Através desse método, os sinais são aceitos como suporte da comunicação oral, pois sua utilização ocorre simultaneamente à língua oral, ou seja, concomitantemente se faz o uso da palavra com o sinal, símbolo ou datilologia ou ambos.

Mais recentemente foi adotada uma nova proposta de educação para surdos que corresponde à terceira abordagem, a chamada Bilingüismo. Esta assume a língua de sinais como a primeira língua, sendo a aprendizagem fundamental para que depois tenha o contato com a segunda língua que é a língua do grupo majoritário. Na visão de estudiosos, busca-se, por meio dessa corrente educacional, propor o uso e o conhecimento de duas línguas pela mesma pessoa, pois se acredita na convivência harmoniosa entre os surdos e os ouvinte e almeja-se um desenvolvimento cognitivo lingüístico paralelo entre ambos.

Em relação ao Bilingüismo, Almeida (2000) enfatiza a importância de propor as pessoas surdas uma

formação profissional adequada e adotar um modelo de educação bilíngüe que envolva pais, professores e crianças surdas num conhecimento constante da língua de sinais.

Frente à prática retratada nesse plano de estudo, observam-se alguns fatores que caracterizam a corrente Bilíngüe de Educação. "L" dá sua contribuição comentando que "o professor da classe regular preparava as aulas, os testes, os trabalhos, enfim todo o planejamento era dela. A educadora especial passava em L.S os conteúdos e as informações, às vezes trazia gravuras para que os surdos pudessem acompanhar e compreender as mensagens. E o instrutor passava com L.S também, explicava os conteúdos usando às vezes desenhos, passava as histórias em sinais e convidava a turma toda para fazer junto com ele. "

Relacionando a vivência citada por "L" com o parecer de Almeida (2000), pode-se compreender que a escola em estudo buscava adotar um modelo Bilíngüe de educação para surdos, onde havia o ensino da L.P, mas centrava-se no desenvolvimento da L.S que servia como mediadora para a aprendizagem e como fonte de interação entre os surdos e demais ouvintes.

Um dos aspectos relevantes em torno da inclusão escolar é a formação dos profissionais que se apresentam inseridos neste contexto de ensino.

Questionar a atuação do professor da classe regular exige uma revisão atenta sobre sua formação, pois se sabe que, segundo documento produzido pela Secretaria de Educação Especial do MEC (1998), a formação desse profissional, no nível médio e superior, equivale à inclusão de teoria e prática que lhe possibilitem desenvolver um processo de ensino compatível com as características específicas dos alunos PNE; Esse preparo abrange a obrigatoriedade e a responsabilidade do profissional pela área de educação especial nos cursos de formação do professor de educação básica.

Todo esse preparo reflete no atuar pedagógico. Visivelmente percebe-se isso quando "E" desabafa "Eu me sentia preocupada em relação se os surdos iriam aprender aquilo que eu iria passar para eles. Me sentia insegura às vezes, e tinha dificuldade, mas eu sentia muito o apoio dos professores da área de Educação Especial que estavam ali para auxiliar."

Sabendo que "E", tem a formação do Curso de Pedagogia, entende-se esse desabafo em relação à atuação junto a surdos, pois sua formação profissional não possibilitou conhecimentos teóricos e práticos em relação ao processo ensino-aprendizagem com alunos PNE.

Falando em atuação profissional, a prática do educador especial no contexto inclusivo que envolve alunos surdos, destaca um aspecto muito relevante que Pires (2000) segundo as idéias de Famularo, é oportuno quando menciona que, em algumas vivências, um intérprete, um tradutor ou um professor de ensino especial que conheça a L.S. são encarados num mesmo ângulo como profissionais que pareçam desempenhar a mesma função, não percebendo suas peculiaridades e diferenças no atuar pedagógico.

"L" diante da sua experiência de inclusão escolar ressalta a necessidade de ter neste contexto profissionais que conheçam e dominem a L.S., dizendo que : "Eu passava em L.S. todos os textos, atividades, conteúdos e informações emitidas oralmente na sala, pois qualquer expressão eles (os surdos) queriam saber o que era, o que disseram. Neste processo tem que ter a educadora especial junto, o instrutor surdo e até mesmo, o intérprete."

Com isso, constata-se que o educador especial, na sala de aula, é indispensável, mas confunde-se muito com o papel do intérprete. São dois profissionais de formação diferente e que, no contexto de sala de aula, abrangem os mesmos sujeitos (os surdos). São práticas pedagógicas que merecem serem (re)vistas e (re)planejadas no pensar de cada profissional, para que notem que seus papéis apresentam peculiaridades frente à área de atuação, ou seja, nesse caso, a inclusão escolar.

É a partir de vários questionamentos que busco perceber qual é, realmente, o papel do educador especial no contexto da sala de aula com surdos e ouvintes.

Godoy (2000) afirma que: "(...)Sua atuação pode se dar com apoio na sala inclusiva, apoio para o professor, como professor da sala de recursos com as classes especiais que deverão ser reestruturadas, por níveis de ensino e em escolas especiais."(p.120)

Para definir o papel do educador especial na vivência de inclusão na Escola em estudo, os profissionais salientaram aspectos relevantes nessa atuação pedagógica, que foram:

"E" comenta que "a educadora especial passava tudo em L.S. e, às vezes trazia gravuras, sempre que necessário, para auxiliar na compreensão das mensagens emitidas aos alunos surdos."

"L" expõe que " a educadora especial atuava através da L.S., auxiliando a professora na aprendizagem dos alunos."

"J" ressalta que "ao educador especial cabia a tarefa mais no sentido da correção do português, mas é claro, que ela também era responsável pela transmissão dos conteúdos em L.S."

É com bastante subsídeo teórico e depoimentos de profissionais envolvidos na inclusão de surdos que o papel do educador especial é destacado e reconhecido em âmbito institucional. É uma profissão que exige muito estudo, principalmente sobre o sujeito surdo, sua cultura e domínio da L.S.

Tendo em vista a caminhada do referido trabalho, consegue-se traçar a relevância do mesmo através dos questionamentos que surgiram diante da experiência abordada, dos apontamentos que embasaram o estudo teórico que regia esse processo de ensino, dos depoimentos dos profissionais presentes no contexto de prática escolar e da análise que complementou os dados adquiridos durante a pesquisa e reforçou o ideal focado.

Apontar que o desempenho de um educador especial no sistema de ensino já mencionado anteriormente, às vezes, se confunde com o atuar de um intérprete nesse mesmo ambiente, torna-se um pensar equivocado, no sentido de que esses são dois profissionais com atuações parecidas em algumas situações, mas diferentes quanto aos seus conhecimentos formativos, ou seja, suas formações profissionais (re)definem práticas peculiares a cada um.

Percebe-se, por meio deste estudo, que a inquietação em torno da prática que o educador especial exercia dentro da sala de aula envolvendo alunos surdos incluídos vai ao encontro de um conhecimento que se torna básico e necessário em relação à formação que cada profissional recebe.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, E. O . C. de. Surdez e Língua de Sinais. In: Leitura e Surdez: um estudo com adultos não oralizados. Rio de Janeiro: Ed. Revinter, 2000. cap.1, p.1-18.

CARVALHO, R. E. Temas em Educação Especial. Rio de Janeiro: WVA Ed., 1998.

GODOY, M.de F. R. Formação de Profissionais na Área da Surdez. In: SEMINÁRIO SURDEZ: DESAFIOS PARA O PRÓXIMO MILÊNIO, 2000, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: INES - Instituto Nacional de Educação de Surdos, 2000. p.117-122.

PIRES, C. L. O Intérprete da LIBRAS - Um olhar sobre a Prática Profissional. In: SEMINÁRIO SURDEZ: DESAFIOS PARA O PRÓXIMO MILÊNIO, 2000, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: INES - Instituto Nacional de Educação de Surdos, 2000. p.85-86.

SKLIAR, C. et alii. A Invenção e a Exclusão da Alteridade "Deficiente" a partir dos Significados da Normalidade. Educação e Realidade. Porto Alegre: UFRGS, v. 24, n.2, p.15-32, jul./ dez. 1999.

_____. A Surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Editora Mediação, 1998.

THOMA, A . da S. et alii. Os Surdos na Escola Regular: inclusão ou exclusão? Revista Reflexão e Ação. Santa Cruz do Sul. UNISC, v.6, n.2, p.41-93, jul./ dez. 1998.

WERNECK, C. Ninguém vai ser bonzinho na Sociedade Inclusiva. Rio de Janeiro: WVA Ed, 1997

[Edição anterior](#)

[Página inicial](#)

[Próxima edição](#)

Cadernos :: edição: 2002 - Nº 19 > [Editorial](#) > [Índice](#) > [Resumo](#) > **[Artigo](#)**